

Escolas de Fronteiras Internacionais no Brasil: nas trincheiras entre as políticas educacionais e o acesso à educação de qualidade.

Isabela Ribeiro Villares Nascimento y Cláudia Araújo De Lima.

Cita:

Isabela Ribeiro Villares Nascimento y Cláudia Araújo De Lima (2017). *Escolas de Fronteiras Internacionais no Brasil: nas trincheiras entre as políticas educacionais e o acesso à educação de qualidade*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3166>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ESCOLAS DE FRONTEIRAS NO BRASIL: nas trincheiras entre as políticas educacionais e o acesso à educação de qualidade

Isabela Ribeiro Villares Nascimento

isabelavillares@yahoo.com.br

Mestranda em Educação - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Brasil

Cláudia Araújo de Lima

claudiaaraujo@gmail.com

Professora Dra. titular - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

É característico nas regiões de fronteiras internacionais o fenômeno da imigração de pessoas em busca de escolarização, especialmente na educação básica. A relação entre sujeitos de nacionalidades distintas evidencia processos de interação entre ideologias, costumes, crenças, saberes e, também, processos de conflitos, tensões e confrontos diários que se estabelecem nos diversos espaços institucionais, como, por exemplo, a escola (FERREIRA & SILVA, 2012; COSTA, 2015; ASSIS, 2016). A nacionalidade se apresenta como categoria central na vida dos moradores. A partir desta problemática, organizam-se as políticas educacionais, os espaços, as ações e os direitos, assim como são determinados os limites dos estrangeiros (COSTA, 2015; ASSIS, 2016). No caso específico de Corumbá/MS, cidade brasileira localizada na fronteira com a Bolívia, no ano de 2014, a busca por educação conformou que, “as escolas municipais de Corumbá atenderam 659 alunos bolivianos que residem em área de fronteira seca com a Bolívia” (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015). Apesar da constatação numérica, os dados não foram considerados no âmbito do atual Plano Municipal de Educação (PME) (2015/2025), o que tende a reverberar na falta de metas e ações voltadas ao atendimento do direito à educação pública destinada às crianças bolivianas e/ou brasileiras residentes na Bolívia. De acordo com Assis (2016, p.6) “a educação é focalizada amplamente na legislação internacional, mas pouco se discute sobre o direito e acesso à educação nas fronteiras internacionais”. A autora sinaliza que nas áreas de fronteiras a educação deve ser ofertada às crianças e adolescentes sem obstaculização por sua nacionalidade, posto ser um direito universal. Pesquisas em nível de pós-graduação constataram “uma assimetria de poder na qual está presente a ideia de superioridade-inferioridade manifestada nos discursos e nas práticas do lado brasileiro” (COSTA, 2015, p.37; RIBEIRO, 2011). Diante do exposto, é relevante compreender como se configuram as políticas educacionais e como estas afetam as práticas nas escolas fronteiriças. A metodologia aplicada parte da abordagem teórica de Pierre Bourdieu. O texto propõe cumprir o objetivo de analisar os contextos de influências e de produção de saberes locais/globais, que atuam na formulação de políticas educacionais destinadas às escolas brasileiras em áreas de fronteiras internacionais, bem como sua potência em afetar às práticas de professores e profissionais da educação. Trata-se de uma investigação em curso, de abordagem qualitativa, com perspectivas de apresentação de resultados parciais.

ABSTRACT

It is characteristic in the regions of international borders the phenomenon of the immigration of people in search of schooling, especially in basic education. The relationship between subjects of different nationalities evidences processes of interaction between ideologies, customs, beliefs, knowledge and also processes of conflicts, tensions and daily confrontations that are established in the various institutional spaces, such as the school (FERREIRA & SILVA, 2012, COSTA, 2015, ASSIS, 2016). Nationality is a central category in the life of the residents. From this problem, educational policies, spaces, actions and rights are organized, as are the limits of foreigners (COSTA, 2015, ASSIS, 2016). In the specific case of Corumbá / MS, a Brazilian city located on the border with Bolivia in 2014, the search for education conformed that "the municipal schools of Corumbá served 659 Bolivian students who live in a dry border area with Bolivia" (MUNICIPAL



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

EDUCATION PLAN, 2015). Despite the numerical verification, the data were not considered in the scope of the current Municipal Education Plan (PME) (2015/2025), which tends to reverberate in the lack of goals and actions aimed at fulfilling the right to public education for Bolivian children and / or Brazilian residents in Bolivia. According to Assis (2016, p.6) "education is largely focused on international legislation, but little is discussed about the right and access to education at international borders." The author points out that in the border areas, education should be offered to children and adolescents without being hampered by their nationality, since it is a universal right. Research at the postgraduate level found "an asymmetry of power in which the idea of superiority-inferiority manifested in discourses and practices on the Brazilian side is present" (COSTA, 2015, p.37; RIBEIRO, 2011). In view of the above, it is relevant to understand how educational policies are configured and how they affect practices in frontier schools. The applied methodology starts from the theoretical approach of Pierre Bourdieu. The text proposes to fulfill the objective of analyzing the contexts of influences and production of local / global knowledge, which act in the formulation of educational policies aimed at Brazilian schools in areas of international borders, as well as its power to affect the practices of teachers and professionals education. This is an ongoing research, with a qualitative approach, with prospects of presenting partial results.

Palabras clave

Escola de Fronteira, Políticas Educacionais, Interculturalidade

Keywords

Border School, Educational Policies, Interculturality



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Nas regiões de fronteiras internacionais, a busca por educação é intensificada por interesses econômicos e sociais. Segundo estudos da área da educação, a finalidade está em garantir às crianças e jovens melhores perspectivas de vida futura (ASSIS, 2015). As relações entre sujeitos de nacionalidades distintas evidenciam processos de interação entre ideologias, costumes, crenças, saberes e, também, processos de conflitos, tensões e confrontos diários que se estabelecem nos diversos espaços institucionais, como, por exemplo, a escola (FERREIRA & SILVA, 2012; COSTA, 2015; ASSIS, 2015).

As áreas de fronteira englobam processos de formação de Estados nacionais distintos, de ocupações, vivências e formação de identidades a partir das relações construídas num determinado espaço territorial. Entre os países da América do Sul, o Brasil¹ mantém “sua posição de país chave com uma inserção bastante significativa no mercado internacional, “obrigando” uma relação de permanente atenção por parte dos demais países” (SOUZA & OLIVEIRA, 2014, p.68).

Os estudos sobre as políticas educacionais, destinadas às escolas localizadas nos municípios cortados por linha de fronteira, nomeadas como cidades-gêmeas², necessitam refletir sobre como as disputas são dinamizadas ou problematizadas no território fronteiriço, nas esferas macro e micropolíticas, nas diversas instituições e no modo como os atores sociais estabelecem relações e limites para as atuações dos indivíduos no espaço social (SOUZA, 2003; COSTA, 2015). Faremos uma análise da constituição das políticas e programas destinados às escolas de fronteira e das práticas docentes na sua aplicabilidade. Como suporte, utilizamo-nos de pesquisas científicas, com foco nos estudos sobre as escolas alocadas em Corumbá/MS, cidade que faz limite com a Bolívia.

1 O Brasil faz fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

2 A Portaria n 125, de 21 de abril de 2014, do Ministério da Integração Nacional (BR), considera cidades-gêmeas os municípios cortados por linha de fronteira, seca ou fluvial, que apresentem grande potencial de integração econômico e cultural, com população superior a 2000 (dois mil) habitantes em cada uma das cidades fronteiriças (BRASIL, 2014, Art. 1º e 2º). De acordo com o Portal Educação Integral, do Ministério da Educação (BR), o Brasil possui cerca de 150 km de largura e mais de 15 mil km de extensão em faixa de fronteira terrestre, o que corresponde a 27% do território, com população, nessa área, de aproximadamente dez milhões de habitantes (MEC, VER COMO CITAR). As línguas faladas nas fronteiras são o Espanhol e o Português, na maior extensão. Mas, há também o Francês, o Inglês e o Guarani.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As peculiaridades sociolinguísticas na zona de fronteira Brasil-Bolívia configuram características fundamentais da realidade educacional dessa região (PEREIRA, 2014). Para contemplar a realidade descrita, o Programa Escola Intercultural Bilingüe de Fronteira (PEIBF) (BRASIL; ARGENTINA, 2008) configurou-se como primeira iniciativa destinada à construção de currículo e método específico às escolas situadas em faixa de fronteira. Apesar de nomeado como política educacional, o PEIBF foi, efetivamente, tornado programa após a promulgação da Portaria n.798, de 19 de junho de 2012, que institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF).

O Programa Escolas Intercultural de Fronteira (PEIF) (BRASIL, 2012), defende a adoção de metodologia que contemple o ensino em língua espanhola e portuguesa nas escolas, bem como a existência de um modelo comum de ensino, baseado na interculturalidade, nas cidades fronteiriças. A adoção do projeto de ensino bilingüe e intercultural nas escolas tende a favorecer e enriquecer a aprendizagem de todos os estudantes (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

A atuação docente nas Escolas de Fronteira demanda a construção de saberes específicos, capazes de inserir crianças bolivianas e brasileiras no mesmo processo de ensino e aprendizagem. Charlot (2013) defende que a prática docente capaz de incluir o aluno na atividade escolar é determinada pelo domínio dos saberes da área de atuação do professor, ou seja, do seu objeto de trabalho.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar as políticas destinadas às escolas de fronteiras e como essas políticas possuem força de influência na estruturação de saberes e práticas pedagógicas de professores nas escolas que tenham estudantes brasileiros e bolivianos, em Corumbá/MS. O estudo propõe-se a mobilizar reflexão a respeito das políticas educacionais e a qualidade presente nas práticas educativas, sobre as especificidades locais das cidades fronteiriças e os sentidos atribuídos à presença do estudante estrangeiro, especificamente de origem boliviana, à integração cultural e os saberes específicos para as práticas pedagógicas nas Escolas de Fronteira. Trata-se de uma investigação em curso, e serão expostos resultados parciais de pesquisa.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL NO BRASIL: Escolas Interculturais de Fronteira.

A instituição escolar inserida em zona de fronteira, é local de sociabilidade entre sujeitos de nacionalidades distintas. O ambiente é atravessado por costumes, crenças e saberes construídos em culturas diferentes. O ambiente escolar evidencia conflitos, tensões e confrontos diários, que se estabelecem fora das salas de aulas, entre sujeitos que vivenciam processos de socialização distintos (FERREIRA & SILVA, 2012; COSTA, 2015; ASSIS, 2016). Desta forma, a escola de fronteira carrega uma historicidade local, que cruza vivências, ações políticas, culturas, afirmações de identidades, significados e valores referenciados na territorialidade, no pertencimento a um Estado-nação (SOUZA & OLIVEIRA, 2014).

O conceito de fronteira é discutido como limite, demarcação territorial, a partir da emergência do Estado Moderno. De acordo com Souza e Oliveira (2014),

o sentido de um Estado só se dá com a existência de outro Estado. E cada Estado está ligado a um povo, uma organização política e um território conforme seu específico aparelho administrativo. A partir da formação do Estado-território, a oposição entre dois Estados devido a grupos políticos distintos naturalmente começou a gerar delimitações fixas desses territórios. (p.72)

Os limites entre países da América do Sul configuram-se como zonas de conflitos operadas nos acordos bilaterais entre nações. As autoras salientam que, os esforços diplomáticos entre esses países movimentam políticas e programas de integração para cessar confrontos em favor do desenvolvimento econômico e dos vários segmentos sociais. Nas últimas décadas, as iniciativas dos Estados, os acordos e as políticas públicas em educação, desenhadas para o continente latino americano, expressam as prerrogativas presentes nos documentos do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, que são: integração regional entre os países do bloco, formar uma consciência favorável ao processo de integração cultural e social, o desenvolvimento de vínculos de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

solidariedade e cooperação, estimular a consciência sobre convivências pluralistas, fomentar e definir competências básicas de trabalhos comuns aos países membros, promover maior vinculação entre os sistemas de formação e o mundo do trabalho e outros (MERCOSUL, 2000; BRASIL, 2011). De acordo com o Plano Ações Trienal do MERCOSUL 2006-2010, a educação ocupa papel central nos processos de desenvolvimento de inclusão social.

No interesse dessa questões, o Setor Educacional do Mercosul (SEM), apresenta-se como espaço de elaboração, negociação, coordenação e implementação de políticas, programas e projetos educacionais. As metas a serem atingidas no contexto do SEM, são estabelecidas nos planos trienais, com predominância da tendência globalizante para educação. O Plano de Ação do Setor 2001-2005, aponta a educação como espaço cultural, de valorização da diversidade, de reconhecimento da importância dos códigos culturais e linguísticos e de produção de aprendizado dos idiomas oficiais do Mercosul, considerados, à época, o português e o espanhol (MERCOSUL, 2000, 2011).

De acordo com as definições do SEM, a qualidade educacional visa a diminuição, e o futuro solvimento, das iniquidades e assimetrias de poder existentes entre os países membros. Por isso, defendem que “el proceso de integración debe ayudar a superarlas tanto al interior de cada país como a nivel de la región promoviendo acciones que contemplando las asimetrías, fortalezcan y consoliden la equidad”. O Setor Educacional do Mercosul não escapa à condição de política globalizante, mas consideram em seus documentos, que a formulação de suas propostas devem levar em conta a perspectiva regional e a consolidação da paz e justiça social (MERCOSUL, 2006-2010, p.5).

É importante salientar que o processo de formulação e implementação de políticas para as escolas localizadas em faixa de fronteira é complexo e atravessado por múltiplas influências. Segundo publicação do Ministério da Educação, o Brasil possui aproximadamente 3.012.742 alunos matriculados em 9.000 escolas localizadas em 28 cidades-gêmeas, na fronteira com países da América do Sul (MEC - SITE). As peculiaridades sociolinguísticas na zona fronteiriça, configuram características fundamentais da realidade educacional dessa região, a qual necessita ser considerada nas políticas educacionais locais, na estrutura curricular e nos cursos de formação de professores



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(PEREIRA, 2015). Pereira (2015, p.102) defende que uma ação de política pública nas localidades de fronteira “possui a característica de interpenetração mútua e de manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, pois envolve, ao mesmo tempo, políticas públicas de desenvolvimento regional, de educação e de política linguística”. Entretanto, Assis (2016) afirma que

em muitos casos, situações diversificadas e propícias a contextos de variação linguística cultural não são valorizadas, aceitas e trabalhadas, nem pela comunidade nem pelas escolas. E esse é o ponto principal de conflito que se estabelece, em muitos casos, entre pessoas de diferentes situações sociais e culturais e entre propostas pedagógicas e atuações docentes nas escolas públicas brasileiras, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental (p.11)

Devido a variação linguística e cultural própria das áreas fronteiriças, a interculturalidade, o bilinguismo e a construção comum e coletiva do Plano Político-Pedagógico se apresentam como coluna vertebral das políticas e programas específicos para estes territórios. O estudo organizado por Pereira & Colarge (2013) – *Escola Intercultural de Fronteira – Brasil/Bolívia*, conceitua a interculturalidade como um processo de valorização cultural, de intenção e concepção de políticas e processos didáticos e pedagógicos. Assim, o projeto educativo para as escolas de fronteira implica em “conhecimento e valorização das culturas envolvidas” a partir do “reconhecimento das características próprias, o respeito mútuo e a valorização do diferente como diferente (e não como ‘melhor’ ou ‘pior’)” (p.59).

Para melhor compreensão da incorporação dos princípios pontuados no MERCOSUL às políticas educacionais, elencaremos a evolução, o contexto de criação, os principais objetivos e as orientações do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF) e do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), a partir de pesquisas acadêmicas, assim como e sua implementação nas escolas.

De acordo com documento *Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira (PEIBF)*, a organização de uma proposta de trabalho nas escolas situadas em zona de fronteira erigiu-se na necessidade de “estreitar laços de interculturalidade entre cidades vizinhas de países que fazem fronteira com o Brasil”. As primeiras articulações ocorreram entre Brasil e Argentina, “que foram conformando o atual espírito de cooperação” (p.5). O objetivo principal era criar um modelo de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ensino comum em escolas de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol. Definiu-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento do programa, as escolas situadas em cidades-gêmeas internacionais, por causa das condições de intercâmbio transfronteiriço entre professores (BRASIL, ARGENTINA, 2008, p.5).

As primeiras experiências do PEIBF foram realizadas em 2005, em escolas brasileiras e argentinas, situadas em Dionísio Cerqueira (BR) e Bernardo de Yrigoyen (AG), como escolas de tempo integral, em turmas de 1os anos do Ensino Fundamental I. O fato de o ensino realizar-se sobre uma base escolar preexistente, gerida por diferentes secretarias de educação ou ministérios provinciais faz com que não fosse possível ou recomendável “propugnar um modelo único para sua execução” (p. 24). Recomendou-se, portanto, articulação à rotina de cada escola e que realize-se a partir da adoção de três formas de organização:

1^a) **Escola em Tempo Integral (Jornada Completa)**, com o ensino em L1 em um turno e o ensino em L2 noutro turno, a partir de projetos de trabalho binacionais, formulados de maneira conjunta, desenvolvidos pelas escolas-espelho concomitantemente, com tarefas específicas em cada língua;

2^a) **Escola em Contra-Turno**, com um funcionamento semelhante à Escola em Tempo Integral, mas somente com as atividades de educação bilíngue intercultural no turno contrário;

3^a) **Escola em Turno Único**, com projetos de trabalho binacionais consensuados na escola, realizados de forma bilíngue, com tarefas específicas em cada uma das línguas (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p.24).

A metodologia defendida é, em qualquer forma de organização do tempo e trabalho, o ensino por projetos de aprendizagem, para garantir “que alunos e professores tenham a oportunidade de se educar e se comunicar nas duas línguas a partir do desenvolvimento de um programa intercultural” (p.08). O intercâmbio docente é a base do Programa e a unidade de trabalho é o “par de *‘escolas espelho’*, que atuam juntas formando uma unidade operacional e somando seus esforços na construção da educação bilíngue e intercultural” (p.22). Outro aspecto ressaltado no documento é a consideração de que “cada sistema escolar e cada escola elaborará, de forma mais precisa, seu plano político-pedagógico (PPP) / proyecto educativo institucional (PEI) e, conseqüentemente, suas rotinas e estratégias de trabalho (p.19) (BRASIL; ARGENTINA, 2008).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O redimensionamento do PEIBF ocorreu em 2010, ocasião em que o fora institucionalizado pela promulgação da Portaria n.798, de 19 de junho de 2012, que instituiu o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF). Na respectiva da Portaria, em seu Art. 1º, §1º,

As Escolas Interculturais de Fronteira são as escolas públicas Estaduais e Municipais situadas na faixa de fronteira e instruídas pelo "Modelo de ensino comum de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um Programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol".

Os objetivos do Programa visam à integração entre países através da “educação intercultural das escolas públicas de fronteira, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos” (BRASIL, 2012, Art. 01). Desta forma, não se distancia dos fins do Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira, mas se torna um prolongamento dessa política. Os princípios que atuam na constituição das escolas de fronteira são a interculturalidade, o bilinguismo e a construção comum e coletiva do Plano Pedagógico das escolas gêmeas. O Programa antevê que a Interculturalidade reconhece as

fronteiras como locais de diversidade e que valora positivamente as diversas culturas formadoras do Mercosul, promovendo a cultura da paz, o conhecimento mútuo e a convivencialidade dos cidadãos dos diversos países-membros. Esta convivencialidade se realiza com a atuação conjunta de docentes dos dois países em cada uma das Escolas Interculturais (princípio do cruze), gêmeas ou próximas (BRASIL, 2012; Art. 2º, inciso I).

Na definição de Beverhoudt & Sánchez (2008), o processo globalizador modifica a percepção sobre as múltiplas formas de dominação e classificação da produção cultural circulante na sociedade. As pesquisadoras salientam que nesse processo, a ideia de subcultura é agregada aos “grupos de personas con comportamientos que las diferencian de la cultura de la cual forman parte” e que “en una cultura pueden habitar subculturas que crecen a expensas de ella, pero que desarrollan creencias, costumbres y estilos de vida distintos, caracterizando a heterogeneidade das sociedades (p.02). Além disso, defendem que os processos educativos, pautados na intenção de problematizar essas questões, necessitam praticar a ética intercultural, como meio de “minimizar los riesgos del proceso globalizador, a través de la creación de espacios para el diálogo y la inclusión” (p.15).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e bibliográfica, desenvolvida no âmbito do Núcleo Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (NEPI/PANTANAL), situado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O levantamento de produções foi realizado nos seguintes bancos de pesquisas científicas, na área da educação: SciELO e Portal de Periódicos Capes. Foram selecionadas 13 publicações, entre artigos e dissertações de mestrado, com periodização entre 2005 a 2016, para compreensão da realidade fronteiriça, das políticas e práticas educacionais nas escolas situadas nessa região. Os documentos constitutivos das políticas e programas específicos às Escolas de Fronteira foram analisados a partir das publicações do Ministério da Educação do Brasil (MEC) e do Setor Educacional do Mercosul. Como base teórica, foi utilizada a aporte de Pierre Bourdieu, principalmente na análise do conceito de capital simbólico e violência simbólica.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

Ao confrontar os dados sobre as políticas com as pesquisas sobre as práticas pedagógicas em escolas de fronteira, no caso específico de Corumbá/MS, cidade situada no limite com a cidade boliviana Puetto Guijarro, identifica-se que a busca dos fronteiriços por educação configurou, em 2014, que “as escolas municipais de Corumbá atenderam 659 alunos bolivianos que residem em área de fronteira seca com a Bolívia” (PME, 2015). Apesar da constatação numérica, os dados não foram considerados no âmbito do atual Plano Municipal de Educação (2015/2025), reverberando na falta de metas e ações voltadas ao atendimento do direito à educação pública e de qualidade destinada às crianças, mesmo na condição de estudantes bolivianos. Desta forma, também ficam comprometidos os investimentos para formação dos professores que atuam diretamente com esses estudantes e a integração cultural nas escolas. A evidência é de que a matrícula ocorre somente na forma administrativa e o estudante estrangeiro continua à margem das políticas integrativas. Assim, a instituição escolar deixa de materializar o direito fundamental à educação pública e de qualidade, assegurada pelo poder público, comunidade e sociedade em geral, independente condição étnica, cultural, racial etc., de que gozam crianças e adolescentes (BRASIL, 1980; ECA, art.3 e 4; MADUREIRA, SEIXAS & VELANI, 2013).

No estudo *Organização de Fronteira em Corumbá-MS* (MADUREIRA, SEIXAS & VELANI, 2013, p.13 e 14), constou, no ano de sua elaboração, a presença de

cerca de 50 a 70 alunos de fato bolivianos (que vivem e nasceram na Bolívia) estudando nas escolas brasileiras. O restante são brasileiros que possuem os pais bolivianos, haja vista que para ser brasileiro a criança precisa nascer no Brasil ou ter descendência comprovada de brasileiros. Dessa forma, todas as crianças que nasceram em Corumbá apenas pela melhor qualidade do sistema público de saúde, mas que vivem na Bolívia, são brasileiras, e por isso possuem o direito de estudarem em escolas públicas brasileiras.

Para garantir a inclusão desses alunos e possibilitar-lhes as aprendizagens necessárias à progressão escolar, segundo informações da Secretaria de Educação, foram contratadas professoras formadas em letras com habilitação em espanhol e português e há “presença de uma professora fluente em



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

espanhol nas escolas com grande número de bolivianos para ajudar as professoras regentes, além de aulas complementares de espanhol para as próprias professoras”. Além disso, houve a implantação de espanhol na grade curricular das escolas com maior número de bolivianos. (MADUREIRA, SEIXAS & VELANI, 2013, p.14).

No entanto, constatou-se, pesquisa de Costa, Souza e Silva (2009), que nas escolas municipais de Corumbá/M não ocorria a comunicação na língua materna das crianças bolivianas (espanhol), que também não entendiam o português. As pesquisas salientam haver silenciamento das crianças de origem estrangeira, pois não interagiam com os demais estudantes e ficavam em silêncio ao tentar desenvolver as atividades propostas. No que tange às práticas pedagógicas, foi observado que algumas professoras também não interagiam com as crianças bolivianas, tornando-as invisíveis no espaço da sala de aula. Mas, também evidenciou-se no relatos docentes que o

contexto educacional que já não favorece a interação das crianças brasileiras, onde a qualidade da educação já se encontra deficitária e insuficiente, para crianças estrangeiras, pode-se dizer que é quase inexistente[...] e que não há uma formação complementar para os professores, ou um tratamento específico diferenciado aos alunos bolivianos e nem tão pouco uma cobrança ou cuidado especial em verificar se houve significativa aprendizagem por estas crianças (COSTA, SOUZA & SILVA, p15).

O PEIF configura-se como uma política linguística e o bilinguismo deve constitui-se como traço da região fronteiriça, pois o domínio de uma segunda língua cria condições de comunicação e amplia os contatos sociais, políticos, culturais. Entretanto, salientam Lorenzetti e Torquato (2016) que

a Política precede à Política Linguística, mas parece que o Programa inverte essa relação. Uma verdadeira questão macropolítica, como é um processo de integração regional e internacional, não pode ser uma tarefa para ser desenvolvida, desde o nível micropolítico, pela escola, que se encontra já sobrecarregada de demandas. Além disso, em muitos casos [...] as ações começam a desenvolver-se sem que as culturas escolares tenham sido historizadas e/ou problematizadas (p.99)

Os discursos presentes nos documentos e políticas públicas educacionais se projetam à defesa da estruturação de novos vínculos entre os fronteiriços. No entanto, na análise de Lorenzetti & Torquato (2016) sobre a construção e prática do PEIF, entendido como uma política linguística, “um dos aspectos centrais da construção da política linguística oficial é o apagamento, no documento, de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

possíveis conflitos e a construção do bilinguismo e da intercompreensão como processo harmônico, desprovido de relações de poder” (p.99). Em nosso entender, nas áreas de fronteira, as políticas e programas necessitam analisar as transações e estruturação do campo linguístico como “expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes (ex.: língua "polida" e língua "vulgar" ou, numa situação multilinguística, língua dominante e língua dominada)” (BOURDIEU, ano, p. 04), para, assim, atuar na desconstrução, no caso particular de Corumbá/MS, “no discurso e na prática, da reprodução de preconceitos e de uma estigmatização em relação aos bolivianos e seus descendentes” (COSTA, 2013, p.144).

Costa (2015) relaciona “a assimetria de poder na qual está presente a ideia de superioridade-inferioridade manifestada nos discursos e nas práticas do lado brasileiro” (p.37), às evidências da dominação simbólica que sofrem os bolivianos a partir das práticas que tendem a determinar as possibilidades de acesso ao trabalho formal, educação, saúde etc. Neste sentido, para o pesquisador, as práticas nas escolas reproduzem os processos de organização social por meio dos quais se mantêm as distinções entre “nós” e os outros” na fronteira Brasil-Bolívia (COSTA, 2015 p. p37). Nesse contexto de emergência das diferenças entre o “nós” e o “outro”, emergem também as construções simbólicas atuantes na imposição dos limites, das fronteiras e hierarquias entre indivíduos pertencentes a grupos e culturas diferentes (BOURDIEU, 2010; COSTA. 2015). Os esquemas históricos de percepção e apreciação funcionam aquém da consciência e discurso, pois atuam na construção de estruturas cognitivas usadas pelos agentes sociais para conhecer o mundo social. Essas estruturas são incorporadas e atuam na formação dos esquemas classificatórios, dos princípios de divisão objetiva em classes ou grupos que determinam a formação social e estruturam a produção de um mundo comum, sensato, inquestionado cotidianamente (BOURDIEU, 2015).

A partir dessas afirmações, é possível considerar que as instituições e os agentes que as compõem, ancoram suas ações nas estruturas classificatórias que determinam a formação social do espaço onde habitam. Dentre as instituições e agentes está a escola e os professores, cujas práticas precisam ser percebidas como parte de um contexto capaz de atuar na produção de conhecimento de mundo e distinção dos sujeitos. O professor é uma figura simbólica sobre a qual são projetadas muitas contradições econômicas sociais e culturais (CHARLOT, 2013, p.102). Portanto, cabe a reflexão



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sobre como as políticas e práticas pedagógicas nas escolares fronteiriças atuam na interseção das identidades sociais dos estudantes brasileiros e bolivianos.

A partir do que foi tratado, é de relevância para o campo da educação, mais investigações sobre o contexto histórico macropolítico de produção social das políticas educacionais para fronteiras brasileiras, a partir das demandas econômicas. Além disso, faz-se importante ampliar as discussões acerca da especificidade do projeto político pedagógico³, do currículo escolar e das práticas que objetivam a troca cultural entre os estudantes e sobre o cotidiano das escolas que recebem estudantes estrangeiros; a fim de que seja possível analisar as principais dificuldades, possibilidades e desafios da docência nas escolas de fronteiriças. Para finalizar, aponta-se como desafio à construção desse modelo de escola, a superação do “paradoxo pedagógico expresso na contraposição entre teoria e prática, entre conteúdo e forma, entre conhecimento disciplinar e saber pedagógico-didático” (SAVIANI, 2011).

3 De acordo com a pesquisa de Souza & Rodrigues (2010), sobre a presença de alunos bolivianos no sistema educacional público e privado de Corumbá/MS, Projeto Político Pedagógico das escolas estudadas não é preparado para atender especificidades, pois é preparado para alcançar a generalização, ou seja, a maioria dos alunos, sem evidenciar a presença do aluno “diferente” aos demais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

A discussão a respeito dos objetivos que delineiam as políticas públicas educacionais, necessariamente, nos remete a consideração sobre o papel do Estado na definição teórico-prático das políticas e as e determinações históricas que atuam na formação de discursos apropriados pelo campo da educação. As políticas e programas para escolas de fronteira emergem da necessidade de integração regional, mediante os acordos de cooperação entre os países do MERCOSUL. Desta forma, a educação intercultural busca edificar um modelo de escola que considere a identidade regional, a partir do ensino com ênfase no português e espanhol, no caso das escolas de fronteira localizadas no limite Brasil/Bolívia. As críticas elaboradas a respeito das políticas linguísticas versam sobre a impossibilidade de a escola se tornar um espaço de integração enquanto permanecer as assimetrias de poder e as práticas de dominação entre sujeitos de nacionalidade, tanto âmbito da sociedade quanto nas escolas. O Programa Escola Intercultural de Fronteira fora estruturado para promover a integração cultural, com a adaptação do ambiente escolar e a ampliação da oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. Mas, para que promova os efeitos almejados, é necessário que haja, continuamente, formação específica e complementar para os professores que atendam crianças que migram em busca de escolarização, advindas dos países fronteiriços.

Para que seja possível aplicar uma metodologia diferenciada nas escolas de fronteira, é preciso analisar se a organização e prática de um currículo intercultural é privilegiado e/ou se os saberes são embasados em argumentos, crenças implícitas, nos valores, nas subjetividades dos professores ou na leitura sobre a realidade escolar. Os documentos, políticas e programas para escolas de fronteira não determinam as práticas nas escolas, essas necessitam do reconhecimento da educação como um direito a ser garantido, independente da condição étnica, cultural ou da origem social do estudante.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ASSIS, J. H. V. P. Veias abertas nas fronteiras internacionais do Brasil: percalços na efetivação da educação como um direito universal. **International Studies on Law and Education**. IJI-Univ. do Porto. 22 jan-abr, 2016.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Por uma etnografia sociológica. In: **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 191-204.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Tradução: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL; ARGENTINA. Ministério da Educação e Ministerio de Educacion, Ciencia Y Tecnologia. **Escolas de Fronteira**, Brasília e Buenos Aires: MEC; MECT, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. Seção 1, 1990.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Tradução: Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, C. V; SOUZA, T. F. P. B; SILVA, A. S. **Inclusão de Crianças Bolivianas nas Escolas Municipais de Corumbá-MS**. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=381>>. Acesso em 19 de maio de 2016.

COSTA, G. V. L. OS BOLIVIANOS EM CORUMBÁ-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **MANA**. N.2: p.35-63, 2015.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HANKS, F. W. **LÍNGUA COMO PRÁTICA SOCIAL**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Tradução: Anna C. Bentes; Marco Antônio R. Machado; Marcos R. Cintra; Renato C. Resende. São Paulo: Cortez, 2008.

MADUREIRA, D. V.; SEIXAS, I. M.; VELANI, L. G. Organização de Fronteira em Corumbá-MS. Projeto Conexão Local. **Fundação Getúlio Vargas – EAESP**, 2013.

PEREIRA, S. M. M. V. **PROGRAMA DE ESCOLAS INTERCULTURAIS BILÍNGUES DE FRONTEIRA: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE FRONTEIRIÇA**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. 2014

RIBEIRO, M. L. O. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS (BR)**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Corumbá-MS. 2011.

SAVIANI, D. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: DILEMAS E PERSPECTIVAS**. **Póesis Pedagógica**. v.9, n.1 jan/jun.2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação de Corumbá (2015-2015). **Prefeitura Municipal de Corumbá**. Corumbá, MS. 2015.

SILVA, M. O HABITUS PROFESSORAL: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**. No 29. Maio/Jun /Jul /Ago. 2005.